

Papeis em travessia: o bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos e os Manuscritos da Coroa – século XIX

Paper in crossing: the librarian Luís Joaquim dos Santos Marrocos and the manuscripts of the Crown - XIX century

Recebido em 06 de maio de 2016. | Aprovado em 08 de junho de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v2i1.316>

*Adriana Angelita da Conceição¹
Juliana Gesuelli Meirelles²*

Resumo: Com a chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, o centro de poder imperial transferia-se para a América. Acompanhada de pessoas importantes da nobreza, a Coroa também trasladou consigo apetrechos e muitos simbolismos – refletidos, especialmente, na Casa Real – o que tentaria garantir uma adequada permanência da realeza em terras americanas. Dentre os súditos ilustrados da monarquia, destacamos o bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos, personagem central da discussão deste artigo, cujo objetivo primeiro está em problematizar a natureza das relações interatlânticas entre os papeis impressos e manuscritos da Coroa na primeira metade do século XIX. Ao situarmos tais balizas, o texto tem como foco três principais temáticas a serem examinadas: a) a vida do bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos entre bibliotecas e a prática de escrita de cartas; b) sua relação com os manuscritos da Coroa; e c) a sistematização e catalogação que preparou sobre a documentação manuscrita da coroa portuguesa.

Palavras-chave: manuscritos; bibliotecas; transferência da corte portuguesa; império luso-brasileiro; correspondências.

Abstract: With the arrival of the Portuguese Royal Family in Rio de Janeiro in 1808, the locus of the imperial power was transferred to America. Accompanied by important members of the nobility, the Portuguese crown also brought with themselves many paraphernalia and symbolisms – especially reflected in the Royal House – which would attempt to ensure the royalty's permanency on American soil. Among the monarchy's illustrious subjects, the librarian Luís Joaquim dos Santos Marrocos stands out. This article will focus on this figure as a mean to problematise the transatlantic relationship between the crown's printed material and manuscripts in the first half of the 19th century. In so doing, the article will centre on the following three points: a) the life of the aforementioned librarian in the context of libraries and the practice of writing letters; b) his relationship with the crown's manuscripts; and c) the organization and cataloguing he performed of the documented manuscripts of the Portuguese crown.

Keywords: manuscripts; libraries; Portuguese Royal Family transfer; Luso-Brazilian empire; correspondences.

¹ Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com apoio da FAPESP. Atualmente, atua como professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. adrianaangelitac@yahoo.com.br.

² Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente da Pontifícia Universidade Católica - Campinas (PUC-CAMPINAS). jugmeirelles@gmail.com.

Introdução

No início do século XIX a Europa passou por fortes agitações que se desdobraram em novas configurações sociopolíticas, sobretudo, na península ibérica. Os ventos fortes vindos dos Pireneus – os franceses –, em direção ao Atlântico, foram os principais propulsores para uma importante decisão tomada em território português: a travessia da Corte rumo à América. Em 1808 desembarcaram no Rio de Janeiro, até aquele momento capital do principal território luso, a Família Real portuguesa, acompanhada de nobres, soldados, apetrechos e muitos simbolismos – refletidos, especialmente, na Casa Real – ou seja, o que afiançaria, ou tentaria garantir, uma adequada permanência da realeza em terras americanas. Situando-se dentro destas condições, apresentamos as principais matérias examinadas neste texto: a) a vida do bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos entre bibliotecas e a prática de escrita de cartas; b) sua relação com os manuscritos da Coroa; e c) a sistematização e catalogação que preparou sobre a documentação. Portanto, objetivamos problematizar a natureza das relações interatlânticas entre os papeis impressos e manuscritos da Coroa portuguesa na primeira metade do século XIX, tendo Luís Joaquim como uma figura central para a análise.

Luís Joaquim dos Santos Marrocos: a vida entre as bibliotecas e a escrita de cartas

Luís Joaquim dos Santos Marrocos desembarcou no Rio de Janeiro em 1811. Aos 30 anos de idade, solteiro, deixava a família na Europa em nome de uma importante missão: transportar em segurança a segunda travessia de livros que compunha a coleção da Coroa portuguesa, preservada na Biblioteca d’Ajuda. Os dez anos de experiência em Lisboa como praticante da Real Biblioteca, que lhe permitiu o acesso e registro de livros impressos e manuscritos, além de documentos régios de grande consideração para a monarquia, foi um precedente importante para que D. João o escolhesse entre seus súditos de confiança.

Filho de Francisco José dos Santos Marrocos, professor régio de Filosofia Racional e Moral em Belém, e funcionário da Real Biblioteca d’Ajuda, Luís Joaquim teve uma trajetória comum entre os de condição semelhante. Em 1798, matriculou-se nos cursos de Matemática e Filosofia da Universidade de Coimbra, porém, segundo Ana Cristina Araújo, “não há qualquer registro de actos e graus associados à aquela matrícula” (2008, p. 21). Apesar de não ter tido uma vida acadêmica de destaque, Luís Joaquim cresceu em um universo letrado, onde as relações da sociedade de corte se delineavam de forma hierárquica e desigual. Ou seja, a busca pela proteção dos “Grandes”³ e por mercês reais era a moeda para a ascensão sociopolítica dos súditos da monarquia portuguesa.

Em Lisboa, a família Marrocos contou com a proteção do 3º marquês de Angeja e do 1º visconde de Santarém. No Rio de Janeiro, a proximidade foi com o visconde de Vila Nova da Rainha, um dos homens mais leais do monarca (ARAÚJO, 2008, p. 22). Em Portugal era compadre de um membro da Real Ucharia – um oficial da Casa Real portuguesa. Tinha contato com “professores régios, nomeadamente com Bento José de Sousa Farinha, conhecia o oratoriano Joaquim Dâmaso, da Biblioteca dos Conventos das Necessidades, que, em 1810, passou a ocupar o cargo de bibliotecário da Real Biblioteca do Rio de Janeiro”. Ainda segundo Araújo, desenvolveu trabalhos com Alexandre Antonio das Neves Portugal, que era sócio e guarda-mor na Academia Real das Ciências de Lisboa “e director da Junta da direcção literária da Imprensa Régia e da Real Biblioteca d’Ajuda”. Junto a estes indivíduos mais ilustres, Marrocos também trocava conhecimento com “figuras subalternas ligadas ao mundo das bibliotecas, das escolas, das academias, das juntas oficiais e secretarias de Estado. Tinha também ligações no meio editorial” (ARAÚJO, 2008, p. 20).

Luís Joaquim chegou ao Rio de Janeiro sem grandes expectativas: temia as condições da nova sede da monarquia e pressentia as tensões sociopolíticas entre os locais e os portugueses que desembarcaram no Brasil. Em meio ao conturbado cenário europeu, Luís Joaquim relatava seu sofrimento pessoal aos familiares que continuaram no Reino e através dos papeis enviados procurava sanar as saudades da sua terra. Nos primeiros meses, o Rio de Janeiro foi alvo de pesados comentários, que destrativavam a população, o clima e a alimentação.

Diante dessa paisagem, Marrocos se refugiou entre o papel, o tinteiro e a pena. Munido por esses valiosos instrumentos, ao longo de mais de dez anos, escreveu breves e longas cartas à família, sobretudo ao progenitor,

³ Expressão utilizada pelo próprio Luís Joaquim dos Santos Marrocos em suas cartas ao pai e familiares, fazendo referência às principais casas nobiliárquicas de Portugal.

seu principal interlocutor – “*Meu Pai e Senhor do meu coração: Aflicto e cheio do maior desgosto pego na pena para lhe dirigir a presente*”, a aflição era o resultado da falta de missivas recebidas “*há 2 Navios sucessivos, que aqui tem chegado com grandes malas para o Correio e grande número de passageiros: e nem por um nem por outro modo tenho podido obter Carta alguma*” (carta n. 13, p. 105)⁴. A ausência de respostas foi temática constante em sua escrita – sublinhando uma questão fundamental entre aqueles que mantêm sociabilidades à distância, ou seja, um certo tipo de *convenção epistolar*: de que toda carta nasce acompanhada por um desejo de reciprocidade. Entretanto, as missivas enviadas não eram palco apenas de reclamações pessoais e de descrições pejorativas para o Rio, mas foram relevantes para sua sobrevivência simbólica no árido espaço de disputas sociais na corte instalada nos trópicos. No campo da documentação histórica, são fontes valiosas que nos ajudam a problematizar os sentidos da prática de escrita de cartas no século XIX, em meio aos sentimentos de exílio, assim como a refletir sobre as profundas transformações do Império luso-brasileiro⁵.

O conjunto documental é formado por cerca de 185 cartas – escritas entre abril de 1811 e março de 1821. Do total, 165 destinaram-se ao pai e as restantes à irmã e a outros parentes. A bem desenhada letra e a escolha por bons papeis mostram o apreço de Luís Joaquim pela escrita manuscrita e pelos sentimentos suscitados durante a produção das missivas. O primeiro uso desta correspondência como fonte de informação sobre o passado se deu por meio de Oliveira Lima, autor da clássica obra *Dom João VI no Brasil*, publicada em 1908 – nos marcos da comemoração do primeiro centenário da travessia da Família Real ao Brasil. Desde então, essa vem sendo usada por distintos pesquisadores que se dedicam a estudar o contexto sociopolítico do Império luso-brasileiro, assim como pelos estudiosos da escrita de cartas como prática social e cultural. As temáticas abordadas são múltiplas: da sociabilidade do bibliotecário aos detalhes da vida privada no Paço Real, assim como pormenores das variadas intrigas políticas e das disputas por favorecimentos ocorridas no universo cortesão que se instalou no Brasil no primeiro decênio do século XIX.

Diante da importância e particularidade como fonte histórica, a correspondência já passou por três processos de edição. O primeiro foi em 1939, dirigido pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e publicado em seus Anais, sendo o resultado de uma homenagem a um dos seus primeiros funcionários. Foi acompanhada por um detalhado estudo preparado por Rodolfo Garcia que, na época, era diretor da referida biblioteca. Décadas depois, em 2007, a mesma instituição publicou uma segunda edição, motivada pelas atividades de comemoração do bicentenário de transferência da Corte. Fundamentada pela mesma data, a Biblioteca Nacional de Portugal, em 2008, lançou uma nova e mais completa, em relação às anteriores, considerando os textos introdutórios, sobretudo, o assinado pela investigadora Ana Cristina Araújo e pela presença de diferentes índices. A obra nesse formato só foi possível em razão da conservação da correspondência encabeçada por Francisco José dos Santos Marrocos, que as preservou cuidadosamente mantendo-as no seu local de trabalho – o que restou em Lisboa do acervo da Biblioteca Real, atualmente o Palácio da Ajuda.

Quando o governo joanino decidiu deslocar-se para o Brasil, a monarquia trouxe grande parte do patrimônio intelectual que possuía, destacando-se, neste aspecto, a estruturação e o futuro exercício da Real Biblioteca do Rio de Janeiro. Com o insucesso dos franceses em Portugal, em 1809, o envio do acervo da Real Biblioteca Pública de Lisboa já não era prioridade⁶. Em três viagens, a Real Biblioteca d’Ajuda foi transferida em segredo para a nova Corte, entre os anos de 1810 e 1811. A constituição deste importante *locus* de cultura, de inestimável valor simbólico, foi marcada por muitos contratemplos, como incêndios e terremotos, formada,

⁴ Em pesquisa anterior, consultamos os originais da correspondência de Marrocos custodiados na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, com a cota 54-VI-12. Neste artigo, que não discutirá questões da língua ou de filologia, as citações foram realizadas através da edição elaborada e publicada pela Biblioteca Nacional de Portugal, em 2008. Assim, a partir daqui, as referências às cartas serão feitas desta edição, indicando o número da carta e a página. Por exemplo: carta n. 10, p. 96. Além disso, destacamos que todas as cartas citadas estão entre as enviadas ao pai, Francisco José dos Santos Marrocos.

⁵ Os sentidos do exílio mesclados aos sentimentos de melancolia, como temas permanentes da produção epistolar de Luís Joaquim, foram abordados por nós em trabalho anterior. Consultar: Conceição e Meirelles (2015).

⁶ Com o terremoto de 1755, a reestruturação de Lisboa foi um dos principais projetos do governo josefino, encabeçado pelo Marquês de Pombal. No que concerne à perda da Livraria Real, uma das maiores obras de D. João V, Pombal buscou viabilizar uma nova coleção. Uma das soluções encontradas pelo ministro, a fim de evitar outro prejuízo significativo de livros, foi a transferência da Real Livraria para o Palácio da Ajuda, onde a realeza passava a residir. Além disso, a tragédia também impulsionou a idealização da Real Biblioteca pública da Corte, criada no âmbito da Real Mesa Censória e inspirada nas grandes bibliotecas europeias. A primeira Biblioteca Pública da Corte (1775-1795) foi um projeto pombalino, de caráter laico. No entanto, os maiores estudos historiográficos concentram-se na fundação da segunda Biblioteca Pública da Corte (1796), cujos principais personagens são os homens de letras Frei Manuel de Cenáculo e Antônio Ribeiro dos Santos.

portanto, por distintos recomeços⁷. Neste sentido, a vinda para o Brasil imprimiria mais um capítulo na trajetória desse espaço cultural.

Em 1810 a remessa da primeira leva de livros foi acompanhada por José Joaquim de Oliveira, servente da Real Biblioteca, que trouxe “também os ‘estratégicos’ Manuscritos da Coroa e uma coleção de 6 mil códices que se achavam em um arquivo reservado na Livraria do Paço das Necessidades, em Lisboa” (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002, p. 266). Depois de uma conturbada travessia, a segunda remessa chegou em abril, aos cuidados de Luís Joaquim dos Santos Marrocos – “*se eu soubera o estado, em que existe a Fragata Princesa Carlota, repugnava absolutamente de meter-me nela e a Livraria, e nisto mesmo fazia um grande serviço a Sua Alteza Real*”, assim relatou as péssimas condições da embarcação e os perigos que ele e os livros enfrentaram (carta n. 1, p. 77-78). O último encaixotamento dos impressos chegou em outras circunstâncias: “*aproveito esta ocasião para dizer a Vossa Mercê que a Charrua São João Magnânimo aqui chegou no dia 19 muito feliz, com 69 dias de viagem, e não padecendo os incômodos da Fragata Carlota*”. Os derradeiros livros vieram aos cuidados de José Lopes Saraiva, que além de acompanhar “*os últimos 87 caixotes de Livros que ai tinham ficado*”, ainda foi o portador de cartas direcionadas a Luís Joaquim (carta n. 10, p. 96).

O trabalho realizado com a finalização das remessas era imenso. A direção da biblioteca estava aos cuidados do padre Joaquim Dâmaso e do frei Gregório José Viegas. Segunda a pesquisadora Ana Cristina Araújo, todos os envolvidos com as funções da biblioteca estavam vinculados ao Paço Real e eram remunerados por esse setor, servindo “com exclusiva assistência à livraria” (ARAÚJO, 2008, p. 21). Entretanto, a Livraria Real não era o espaço restrito de todos os funcionários, como veremos.

Luís Joaquim chegou ao Rio de Janeiro para continuar a função que já exercia em Lisboa. No entanto, através de sua inserção nas importantes redes de poder lusitanas no Brasil, acumulou novos cargos. Em setembro de 1817 tornou-se oficial da *Secretaria dos Negócios do Reino do Brasil*, onde desenvolveu este trabalho sem abandonar suas primeiras atribuições na Livraria. Em março de 1821 foi promovido a encarregado da *Direção e Arranjo das Reais Bibliotecas* e deixou de ser apenas ajudante. Como não regressou com D. João VI, permanecendo junto ao príncipe regente D. Pedro, chegou a ser graduado como oficial-maior da *Secretaria de Estado dos Negócios do Império*, em abril de 1824, ainda incumbido da *Direção e Arranjo* da Biblioteca Imperial e Pública da Corte. Ou seja, sem sair do espaço destinado aos principais papéis da monarquia, alçou muitos cargos até sua morte em 1838. Em meio aos impressos e às constantes escritas de próprio punho, outros papéis fizeram parte da vida do bibliotecário e que ainda pouco despertam o interesse da historiografia: os manuscritos reais.

Luís Joaquim dos Santos Marrocos e os manuscritos da Coroa

Com poucos meses no Brasil, Luís Joaquim anunciou a compra de um escravo por 93\$600, para denotar uma certa ascensão social. Informou, ainda, que sua moradia era paga pela Fazenda Real para que viesse a exercer um novo emprego “*que vai aqui a estabelecer-se de grandes honras e que tem causado grande expectativa*”. Apesar de exaltar as benesses do futuro ordenado, a notícia era incompleta: “*agora não me convém fazer maior declaração, o que a seu tempo farei, remetendo a Vossa Mercê o título competente, pois sou obrigada a guardar segredo ainda*” (Carta n. 5, p. 82). Com as amizades que estabeleceu na nova corte, garantiu uma de suas mais nobres funções: em setembro de 1811 tornou-se o responsável pelos manuscritos reais. A partir de então, utilizou-se muitas vezes do privilégio que lhe cabia para, em última instância, alcançar reconhecimento do Príncipe Regente, que escolhia pessoalmente os lugares políticos de seus súditos. A historiadora Leila Mezan Algranti destacou que “o cargo público no Estado absolutista dignificava os indivíduos, e sempre foi uma forma de conquista de *status*, de prestígio e até de título de nobreza dos que o ocupavam” (2004, p. 225). Algranti ressalta ainda que esses funcionários tinham perspectivas “de atrair a estima do rei, além de recompensas generosas pelos bons serviços prestados” (2004, p. 226). Desse modo, os leais servidores de D. João não poupavam esforços para conquistar sua confiança.

O enigma presente na carta de julho de 1811 foi desvendado três meses depois. Orgulhoso, contava que tinha sido chamado pelo ministro visconde de Vila Nova da Rainha, que o havia informado sobre o olhar de D. João sobre si. Segundo o visconde, o Príncipe Regente tinha conhecimento de sua boa conduta e estava satisfeito com

⁷ Em trabalho anterior realizamos um breve histórico da formação da Biblioteca Real. Para mais informações consultar: Conceição e Meirelles (2015).

seus serviços, circunstâncias que o levaram a ordenar que “*logo e logo*” passasse a cuidar do arranjo e da conservação de seus manuscritos. Segundo Marrocos, “*Sua Alteza Real quis que permanecessem junto a sua Pessoa*”, ou seja, aos papeis de punho não podia existir outro lugar se não as proximidades da Câmara Real – local de intimidade e de despacho, onde o monarca cuidava de si e ao mesmo tempo exercia o poder soberano de governar.

O monarca lhe confiava um “*Cargo de segredo, importância e responsabilidade*”, o que o distinguia ainda mais por ser ele o “*Sucessor de Frei António de Arrábida*”⁸. Além da honra de cuidar dos manuscritos, acrescentou: “*continuo a trabalhar todos os dias dentro do Paço, na Sala nova do Despacho do Real Gabinete; por cima da Câmara de Sua Alteza Real*”, ou seja, o mérito do emprego crescia em virtude da espacialidade que ocupava, não apenas o Paço Real, mas por cima da Câmara – um dos lugares mais importantes nas sociabilidades da Casa Real portuguesa. Além disso, ao circular próximo ao Gabinete, tinha o gosto de viver quotidianamente com o rei e, mais do que isso, podia participar de um antigo e simbólico ritual das monarquias modernas: o beija-mão – “*tenho a satisfação de lhe falar e beijar-lhe a Mão todos os dias quando se levanta da cama, pelas 7 horas da manhã, o que me obriga a sacudir-me de alguma frouxidão antiga*”. Provavelmente, o bibliotecário não gostava de acordar cedo. Não economizou detalhes ao pai: “*faz-me muita honra esta distinção (...) principalmente pela especial lembrança⁹ de Sua Alteza Real em me chamar, sem eu o requerer*” (carta n. 06, p. 84).

A Livraria Real teve grande força simbólica no período. Os constantes conflitos envolvendo os livros, os funcionários, o local, as reformas, as consultas de leitores e os gastos, não apenas demonstram a complexidade desse *locus* de cultura como também obscurecem o trabalho e a dedicação de Luís Joaquim para com os manuscritos reais. Em outras palavras, dentre tantas atividades desempenhadas pelo ajudante, o tratamento e preservação dos papeis escritos à mão ficaram, de certo modo, ofuscados por sua presença constante na Biblioteca. Entretanto, um olhar mais atento às cartas e aos sentidos da escrita manuscrita, após a invenção da imprensa, permite que os observemos por outra perspectiva.

Os estudos sobre a História da Cultura Escrita no período moderno avançaram consideravelmente na península ibérica nas últimas décadas¹⁰. As investigações sobre os livros integraram-se às ligadas às práticas de leitura, avançando o debate na relação entre a produção e os diferentes usos da escrita. Segundo o pesquisador Fernando Bouza, para que se possa compreender os sentidos intrínsecos da circulação de textos na idade moderna é necessário ultrapassar a persistência de um esquematismo que prevaleceu nas primeiras análises, o que colocava de um lado a tipografia como um produto de mercado e de ampla difusão, cabendo aos manuscritos uma reação unicamente de não propagação (2001, p. 18). O autor propõe que se pense a cultura escrita como também uma história cultural da comunicação, na qual impressos, manuscritos, imagens e oralidade atuam de modo relacional, sem sobreposições (2001, p. 21).

⁸ Para informações biográficas sobre Frei Antonio de Arrábida (1771-1850), consultar: <http://bndigital.bn.br/projetos/200anos/antonioArrabia.html>. Acesso em: 02 mar. 2016.

⁹ Grifo no original.

¹⁰ A título de exemplo, citamos alguns trabalhos, além dos que constam das referências: *ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras e ALB / São Paulo: FAPESP, 2005. *ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (Org.). *O império por Escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009. *ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. *BOUZA, Fernando. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta edad Moderna (siglos XV-XVII)*. 1ª reimpressão. Madrid: Editorial Sintesis, 1997. *CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, o marquês do Lavradio. Sentir, Escrever e Governar, 1768-1779*. São Paulo: Alameda, 2013. *CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Escrita (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: ICS, 2007. *GÓMEZ, Antonio Castillo; SÁEZ, Carlos (Dirs). *La correspondencia en la Historia. Modelos y prácticas de escritura – Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*. Madrid: Calambur, 2002. 2 vol. *GÓMEZ, Antonio Castillo. *Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna*. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. (Org.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002. *LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. *Editar cartas e notícias setecentistas*. In: REYNAUD, Maria João; TOPA, Francisco (Org.). *Crítica textual & crítica genética em diálogo*. Colóquio Internacional. Porto, 18-20 de Outubro de 2007, 2ª vol., Munique, Martin Meidenbauer Verlagsbuchhandlung. p. 311-325. *LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. *A cultura escrita nos espaços privados*. In: MATTOSO, José (Dir.); MONTEIRO, Nuno Gonçalves (Coord.). *História da vida privada em Portugal - A Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010. *MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: a gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. *MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda; LISBOA, João Luís. *As Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. vol. II (1732-1734). Lisboa: Colibri, CIDEHUS.UE, CHC.UNL, 2005. *MONTEIRO, Rodrigo Bentes. “Reis, príncipes e varões insignes na coleção Barbosa Machado”. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, v. VI, n. 2005, p. 215-251, 2005. *SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Livro e sociedade no Rio de Janeiro. Separata da Revista de História*, n° 94, São Paulo, 1973. *VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestação*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

Com a invenção da tipografia, a produção, os usos e a circulação de manuscritos não deixaram de existir ou diminuir; ao contrário, inseriram-se em outras demandas socioculturais. Para Bouza, os usos vinculados aos manuscritos atuaram, sobretudo, em duas frentes: a ideia de solenidade e de privacidade, assim como a necessidade de manter a escrita aberta e não fixada – uma característica fundamental da imprensa (2002, p. 135). Os circuitos da comunicação manuscrita tornaram-se mais específicos e restritos, pois se a impressão cabia à difusão, por outro lado, “o manuscrito assenhoreava-se do segredo e da deferência” (2002, p. 136). Por este prisma, portanto, quando D. João reestruturou os novos espaços da cidade para tratar e organizar os papeis do Império, identificamos diferentes procedimentos empregados aos impressos e aos manuscritos. Por essa razão, compreendemos a atitude de Luís Joaquim que, ao ser convocado para manusear os papeis de punho do rei, tinha consciência de que estava à frente de um “*Cargo de segredo, importância e responsabilidade*” (carta n. 06, p. 84).

Fernando Bouza também tem como objeto de estudo o crescente desenvolvimento dos manuscritos, diante dos novos usos que passou a adquirir convivendo com a impressão, com a oralidade e com o visual. Na idade moderna, essa prática de escrita adquiriu um certo *ethos* aristocrático, no qual “la posesión de manuscritos, entre otros gestos de distinción, se asoció al *habitus* aristocrático” (2001, p. 53). Deste modo, a posse de papeis de punho convertia-se “en un gesto de singularidad que la aristocracia parece haber entendido como un signo distintivo de su propia condición egregia, donde la rareza y la antigüedad de los códices se deja ver como la púrpura que viste a los *meliorez terrae*” (2001, p. 55-56). No caso do Príncipe Regente, o que estava em jogo, com a transferência para a nova capital, não era apenas o destaque à raridade dos suportes e de seus conteúdos, mas, acima de tudo, a garantia de preservação e posse de tamanha riqueza cultural, que muito desvendava sobre as práticas políticas do Império luso.

Dividido entre as funções na biblioteca e nos manuscritos, Marrocos conversava com o pai sobre seus projetos. Aproximadamente um mês após noticiar o novo cargo, destacou novamente o predicado de que “*Sua Alteza Real vê-me todos os dias de manhã, eu tenho a honra de beijar-lhe a Mão*”, ou seja, trabalhar no Paço era o que melhor podia esperar após a conturbada travessia atlântica. Ao se gabar, solicitou: “*Tinha em grande gosto em que Vossa Mercê me remetesse em Carta pelo correio uma Cópia do Sistema de Classificação Bibliográfica*” (carta n. 9, p. 92), referindo-se ao catálogo concretizado por António Ribeiro dos Santos para a Biblioteca Pública de Lisboa¹¹. Tais papeis, segundo ele, eram necessários para suas futuras intenções: organizar os livros da biblioteca e os manuscritos do rei.

Em uma carta, dos primeiros dias de 1812, reiterava o quanto sua nova função exigia reserva e silêncio, o que o impedia de compartilhar descobertas que “*poderia com facilidade ajudar a Vossa Mercê na sua Obra, que novamente trabalha; pois tenho aqui com abundância grande material para ela se enriquecer*”. Com tais registros, constituía seu espaço de sociabilidade política na corte – cuja principal moeda era a visibilidade como súdito ilustrado e fiel que compunha a restrita órbita dos funcionários régios. Ao mesmo tempo, revelava seu assombro com os manuscritos que tinha às mãos: “*Não julguei nunca achar neste Archivo cousas tão preciosas, mas tenho a maior pena de se lhes não dar o seu competente valor*”. Com essa observação, Marrocos faz uma constatação um tanto ambígua, ao admitir que “*se me determinou não consentisse a extracção da mínima cópia*”, reiterava a validade atribuída a tais papeis pela monarquia. Por outro lado, ao sublinhar a falta do “*competente valor*”, talvez, quisesse referir à necessidade de preservação, ou seja, às devidas condições físicas de guarda documental.

Em fevereiro de 1812, anunciou: “*é o primeiro dia do meu trabalho nos Manuscritos, em cuja Sala faço esta*”, indicando não o primeiro contato com os papeis, mas sua decisão de elaborar “*para dar a Sua Alteza Real uma ideia do Tesouro*” uma “*Memoria literária e crítica deste mesmo Corpo de Manuscritos, pois que até aqui ainda se não sabe o que há principalmente no que pertence ao Governo Político*”. No fundo se desconhecia, de modo pormenorizado, o conteúdo, as formas e as quantidades dos *estratégicos manuscritos* da Coroa. Além disso, pretendia no início ou no final da *Memória*, elaborar um plano ou planta, como se fosse um sistema de classificação, conforme tinha feito “*para o arranjo dos Mesmos Livros, e julgo que não me arredei do trilho dos melhores Bibliógrafos, ainda que foi sem socorro algum mais que mental*”. A cópia solicitada ao pai do material feito por António Ribeiro dos Santos só chegou em junho de 1812. Marrocos, entretanto, já tinha feito um primeiro levantamento dos livros e já iniciara o mesmo trabalho com os manuscritos (Carta n. 14, p. 107).

Ao finalizar as notícias sobre como ambicionava trabalhar, registrou: “*Se eu concluir em bem esta minha surpresa, me julgarei feliz neste sentido, e darei a Vossa Mercê cópia de tudo, como tenha ocasião*” (Carta n. 14, p.

¹¹ Sobre a trajetória de António Ribeiro dos Santos, ver: PEREIRA, José Esteves. *O pensamento político em Portugal no século XVIII: António Ribeiro dos Santos*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.

107-109). Não sabemos se Luís Joaquim conseguiu concretizar as duas intenções: a) a *Memória literária e crítica* e b) o sistema de classificação dos manuscritos – pois a diferença entre os dois intentos não fica clara nem nas cartas seguintes, nem na historiografia e tampouco no documento que passaremos a analisar.

O manuscrito: Índice geral dos Manuscritos da Bibliotheca da Coroa disposto alfabeticamente

Na atual Biblioteca d'Ajuda, sob a cota 49-IX-44, temos o *Índice geral dos Manuscritos da Bibliotheca da Coroa disposto alfabeticamente* datado por Luís Joaquim em 1813. Embora não conste nenhuma assinatura, a letra do documento que pertenceu ao bibliotecário certifica sua autoria. Entre os principais investigadores da correspondência de Marrocos, destacamos que o referido documento foi mencionado por Rodolfo Garcia, na introdução da edição que dirigiu; por Lilia Moritz Schawarcz, Paulo César de Azevedo e Ângela Márquez da Costa no livro *A longa viagem da biblioteca dos reis*, e, por fim, por Ana Cristina Araújo no texto *Uma longa despedida: cartas familiares de Luís Joaquim dos Santos Marrocos*. Os breves comentários de Rodolfo Garcia indicam que provavelmente não teve acesso ao *Índice*. Sobre Marrocos, ponderou: “Rato de biblioteca, tinha fumaças de erudição e de altos conhecimentos bibliográficos, de sistema de classificação e catalogação de livros e manuscritos” (1939, p. 8) – o que consta da correspondência, ou seja, os comentários ao pai sobre as classificações dos impressos e manuscritos da Coroa.

No livro *A longa viagem da biblioteca dos reis*, os autores refletiram sobre o *Índice* e apontaram algumas questões mais voltadas ao conteúdo do documento do que propriamente sobre sua forma. Para os mesmos, o sistema de Marrocos figura como “um elegante e bem apresentado catálogo”, no qual os manuscritos “apareciam dispostos em 75 páginas” divididos pelos temas apresentados no sumário (2002, p. 284). Após indicar numericamente a quantidade de documentos, de acordo com o sumário, afirmam que a coleção possuía um “claro predomínio de documentos referentes à política portuguesa” traçando “uma história das relações diplomáticas daquela nação” (2002, p. 284). Com isso, elencam os principais assuntos e conteúdos da coleção, sobretudo, entre os classificados na sessão *Política*, o que permite aos autores concluir que esses papeis indicavam questões fundamentais para merecerem um “tratamento diferenciado, o que explica a menor ‘intimidade’ do príncipe com sua biblioteca, por oposição aos manuscritos: sempre à mão” (2002, p. 284). Neste sentido, além do peso dos conteúdos – o que fazia com que D. João tivesse uma cautela diferenciada com estes escritos – é basilar destacar que o fato de serem manuscritos proporcionava um maior valor simbólico – aspecto que perpassava as sociabilidades cortesãs no que se refere à posse de manuscritos como uma questão de *habitus* aristocrático, conforme já destacamos acima.

Ana Cristina de Araújo indica que foi “entrando pela porta do fundo na Câmara Real” (2008, p. 27) que Luís Joaquim adquiriu espaço nos circuitos sociais da Corte. Contudo, estar nas proximidades da Câmara Real, pelos fundos ou pela porta principal, era uma circularidade usufruída por poucos – o que já o garantia certos privilégios. Para a pesquisadora portuguesa, o catálogo não era “propriamente um esmerado instrumento de classificação, mas possuía a vantagem de listar e agrupar os documentos por grandes temas” (2008, p. 27). A autora também destacou os trechos nos quais o bibliotecário enfatizou a espacialidade da nova função, visão que corrobora a ideia central deste artigo: o valor simbólico e estratégico dos papeis que passou a cuidar, já que manipulá-los, organizá-los e classificá-los era uma função de grande envergadura social. Araújo sublinha ainda que esse acervo foi reivindicado com frequência pela Livraria Real, mas nunca foi incorporado ao acervo bibliográfico que veio para o Brasil (2008, p. 28) – outro aspecto que oferece aos manuscritos um sentido distinto naquela sociedade.

Em nenhum dos estudos mencionados o documento recebeu uma análise circunstanciada e detalhada, envolvendo considerações que reivindicassem observações quanto à materialidade, à produção, à estrutura e ao conteúdo, embora seja preciso ressaltar que tais aspectos não eram o objeto das referidas investigações. Por outro lado, nesse texto, problematizamos, de forma geral, algumas informações que contribuem com a compreensão mais ampla desse manuscrito, como um instrumento de informação/comunicação que revela importantes questões sobre a história da cultura escrita moderna, assim como sobre as práticas políticas de Portugal.

Desde 1811, Luís Joaquim manteve-se todos os dias no Paço dedicando-se ao tratamento dos papeis reais de natureza impressa e manuscrita. Ao ser afastado do local, o ajudante informava que, se havia um motivo para sua saída este eram antes as intrigas palacianas do que sua honra: “por que queria persuadir a Sua Alteza Real que eu não devia ver certos Papeis, em quanto estes se conservassem depositados na Sala dos Manuscritos”. O imbróglio foi resolvido com a interferência do visconde de Vila Nova da Rainha, que agiu em seu favor diretamente com D. João.

A ascensão de Luís Joaquim dos Santos Marrocos não foi vista com bons olhos por muitos cortesãos. Segundo ele, sua nova função levava-o a ser “vítima de maledicência”. Deste ponto de vista, em particular, Marrocos provavelmente não carregou nas tintas. Se conquistar um lugar ao sol dentro do espectro real já era uma disputa cotidiana entre os cortesãos, o acesso à informação estava ao alcance de poucos. Como manipulava os manuscritos do rei, junto ao Gabinete Real, é bem possível que sua atividade tenha despertado muitos conflitos. Portanto, em nenhuma hipótese Luís Joaquim gostaria de ser afastado do local. Pelo contrário, passou a valorizar ainda mais a sua função e a desprezar aqueles que desmerecessem o valioso acervo. Ao pai, escreveu: “*Também me lembra dizer a Vossa Mercê para guardar no seu canhenho, o Rapsodista Marcos Antonio Portugal, célebre Candidato na Fidalguia*”¹². Por ordem do monarca, o músico de fama internacional teve acesso à sala dos manuscritos. Segundo Marrocos, contudo, “*teve a insolentíssima ousadia de me dizer que todos eles juntos nada valiam, e que Sua Alteza Real não fez bem em os mandar vir, antes deveriam ser recolhidos na Torre do Tombo!*”. Tal posição foi tomada como afronta pelo bibliotecário (carta n. 26, p. 139-141).

Aproximadamente seis meses após anunciar que iria preparar um plano dos manuscritos, comunicou: “*concluí um Mapa Sistemático da Classificação*”. A decisão inicial seria mostrá-lo “*primeiramente ao Frei António de Arrábida, que me pediu essa preferência, e ao depois hei-de [sic] entregá-lo ao Visconde de Vila Nova da Rainha para este apresentar à Sua Alteza Real*”, indicando com a ordem de apresentação do trabalho realizado, questões hierárquicas entre os homens que circulavam pelos papeis da monarquia, o que evidenciava, ainda, que todo cuidado com o patrimônio intelectual da coroa era necessário (carta n. 28, p. 143). Não há registros sobre o envio de uma cópia do mapa para Francisco José. Tal ausência, entretanto, não é um indício cabal de que Luís Joaquim não o tenha feito. Dentro do circuito de comunicação interatlântica do início do século XIX, não raro ocorria o extravio de cartas. Outras duas hipóteses para tal silêncio é o fato de essas missivas não terem sido preservadas por Francisco José ou, ainda, por cautela, Marrocos não ter mencionado propositadamente o envio no corpo da missiva, justamente por ser um assunto que demandava segredo e deferência. Deste modo, não podemos afirmar que a versão preservada na Biblioteca d’Ajuda seja a enviada ao pai. Porém, temos como hipótese que se trata da versão que acompanhou os manuscritos reais quando mais uma vez foram lançados ao mar, em 1821, questão que retomaremos à frente.

O documento – *Índice geral dos Manuscriptos da Bibliotheca da Coroa disposto alfabeticamente* – é formado por 35 *in-fólios* ou *bifólios* – que são folhas dobradas uma única vez, gerando, portanto, quatro páginas, sendo que as paginações foram marcadas apenas no retro e nunca no verso – com algumas exceções, como nas três últimas. Os fólhos estão em formato de caderno, no qual aparecem um dentro do outro, com uma frágil encadernação feita com linha. Apresenta ainda marcas de fitas adesivas colocadas contemporaneamente e que deixaram manchas no papel¹³.

Em análise atenta, concluímos que o manuscrito deixou o Brasil inacabado, pois apresenta camadas sobrepostas de intervenção. A primeira característica que justifica tal afirmação está relacionada à presença de três tipos de letra, o que demonstra as alterações sofridas pelo documento com o uso. A principal (e mais constante) letra é sem dúvida a de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. A segunda letra presente no documento é do que denominamos *bibliotecário A* e que foi registrada, provavelmente, por quem conferiu e organizou os manuscritos depois que regressaram para Lisboa com D. João VI. Até o momento da investigação ainda não conseguimos identificar a autoria. Já a terceira letra, que definimos como *bibliotecário B*, aparece pontualmente em dois fólhos: 24 verso e 70 retro. Nesta contagem, não consideramos as intervenções contemporâneas da *folha de rosto* e que se referem à localização do documento na Biblioteca d’Ajuda com comentários que remetem a uma das cartas de Luís Joaquim, a qual menciona o *Índice*¹⁴. Tais letras não foram contabilizadas entre as que integram o documento, pois não completam ou interferem em seu conteúdo ou função.

A composição de catálogos, muitas vezes, atendia aos critérios de quem os produzia, seguindo ordens individuais que não se afastavam das práticas sociais dos grupos aos quais pertenciam¹⁵. Para o historiador Rodrigo Bentes Monteiro, estudando as inventariações de Diogo Barbosa Machado, tais produções partiam de *critérios de*

¹² Sobre a vida e importância de Marcos Portugal no cenário da música europeia e luso-brasileira, ver: SARRAUTE, Jean-Paul. *Marcos Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

¹³ As informações codicológicas foram baseadas em estudos da área. Consultar, por exemplo, o importante trabalho de Renata Ferreira Costa (2014).

¹⁴ Carta n. 14, p. 107 (27 de fevereiro de 1812).

¹⁵ Para mais informações sobre catálogos luso-brasileiros no período, ver: MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Política e Cultura no governo de D. João VI (1792-1821)*. Tese de Doutorado. Unicamp, 2013.

relevância dos autores (MONTEIRO, s/p). Desta maneira, se a Marrocos foi dado o privilégio de reger seus critérios de relevância ao classificar os manuscritos reais, isso indica o alto grau de circularidade social que alcançou naquela sociedade, destacando ainda, como já mostramos, o papel que cabia aos manuscritos nesse período de fortes difusões impressas.

O sumário do *Índice geral dos Manuscriptos da Bibliotheca da Coroa* aponta as seguintes seções: Política, Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, História Eclesiástica, História Civil, História Literária, Ciências e Artes e, por fim, Belas Letras. Nota-se que a ordem de apresentação não é alfabética e nem esquematizada de acordo com a quantidade de documentos, aspecto que nos remete aos preceitos de organização documental baseados nos critérios de relevância de quem os projetava. Ao se tratar de papeis pertencentes ao monarca, nada mais emblemático do que a primeira seção ser composta por assuntos políticos, sendo ainda a mais numerosa e de maior destaque da coleção. Conforme destacou Fernando Bouza, durante o período moderno existiu uma profícua difusão manuscrita de tratados políticos das mais variadas temáticas e abordagens, contra ou a favor das monarquias (2001, p. 65).

Os pesquisadores que estudaram o documento não mencionaram o fato de ele estar incompleto. Os fólios 12 e 13 não estão presentes, assim como a seção *Belas Letras* não consta descrita¹⁶. Logo no sumário esta seção é a única sem a indicação de página: no lugar aparece a palavra “faltou”, grafada pelo bibliotecário A. Ainda sobre o sumário, a seção *História Civil* vem com a referência de página feita pela letra de Marrocos, embora a lista não esteja com a sua letra. Já as seções *História Literária* e *Ciências e Artes* foram paginadas no sumário por A. Portanto, a listagem das seções *História Civil*, *História Literária* e *Ciências e Artes* foi feita por A, a partir dos bilhetes que acompanharam o *Índice*, conforme o registro feito pelo próprio bibliotecário: “que se segue, deixou Luiz Joaquim dos Santos Marrócos em bilhetes, dos quaes o passei para aqui” (BA-PT, 49-IX-44, f 64)¹⁷ – o que corrobora a afirmação de que o *Índice* foi composto por, ao menos, três sujeitos diferentes.

Dentro de cada seção, a lista dos documentos oferece as seguintes informações: título, datação, observações indicando a quantidade de fólios, o material usado (na maioria pergaminho), assim como o estado de conservação. Entretanto, isso não é regra para todas as descrições documentais. Vejamos, como exemplo, a primeira descrição da seção *Política*: “Advertencias de muita importancia à magestosa Coroa d’El Rey S. S.r D. João 4º do nome: offerecidas e apresentadas ao dito Senhor no Seu Conselho d’Estado da India, em mão do S.r Vice Rey D. Filippe Mascarenhas por Jorge Pinto de Azevedo, morador na China, em Março de 1646 = Pergaminho e arruinado =” (BA-PT, 49-IX-44, f 4)¹⁸.

Além de complementar o trabalho feito por Marrocos, o bibliotecário A elaborou uma tabela a partir da minuciosa conferência entre os documentos que constavam em Lisboa e o que tinha sido catalogado por Luís Joaquim: “Acrescentei huma Taboa, que vai no fim, a qual serve p.^a se comparar os Livros das estantes com este Catalogo” (BA-PT, 49-IX-44, f 64)¹⁹. A dita *Taboa* consta dos três últimos fólios e ainda precisa de maiores estudos, considerando o complexo esquema de classificação que apresenta, pois A teve a tarefa de conferir o catálogo e registrar à margem esquerda a classificação de cada documento já alocado na Biblioteca d’Ajuda, em Lisboa. Portanto, cremos que o trabalho foi realizado em fins do século XIX, embora ainda não se possa precisar.

Em 1821, quando D. João VI regressou à península ibérica, os manuscritos e não os impressos retornaram com a frota real. Não apenas acompanharam o monarca, como também continuaram aos cuidados da Casa Real até 1880, quando foram integrados à Real Biblioteca d’Ajuda, que ainda recebeu a incorporação de outras livrarias como as da *Companhia de Jesus* (Casa Professa de São Roque e Colégio Santo Antão), a da *Congregação do Oratório* e do *Palácio das Necessidades*. Além disso, por aquisição e/ou doação, outras importantes bibliotecas particulares foram incorporadas. Atualmente, o setor de manuscritos avulsos da Biblioteca d’Ajuda possui uma periodização de sete séculos, do XIV ao XX, e abarca temáticas variadas. É formado por cerca de 33.000 documentos, entre os quais

¹⁶ Na contagem da quantidade de documentos para cada uma das seções do *Índice*, os pesquisadores Lilia Moritz Schawarcz, Paulo César de Azevedo e Ângela Márquez da Costa registraram 44 documentos para as seções Ciências e Artes e Belas-Artes, sendo que no *Índice* o título da seção é *Belas Letras* (2002, p. 284). Ao unirem as duas últimas temáticas do sumário ignoraram a ausência da seção *Belas Letras*. Chegamos a cogitar a possibilidade de terem consultado uma versão diferente da que estamos analisando, entretanto, ao contarmos a seção Ciências e Artes chegamos ao número de 44 documentos, ou seja, provavelmente os referidos pesquisadores não perceberam a ausência da última seção e contabilizaram como se *Belas Letras* estivesse incluída.

¹⁷ As referências ao *Índice* estão estruturadas do seguinte modo: Biblioteca d’Ajuda - Portugal, cota 49-IX-44, fólho 64. Doravante: BA-PT, 49-IX-44, f 64v. A transcrição segue conforme o original.

¹⁸ A transcrição segue conforme o original.

¹⁹ A transcrição segue conforme o original.

consta o *Índice* em análise. O setor de manuscritos também possui uma coleção de 2.512 códices, que estão divididos em sete grandes núcleos: Jesuítas na Ásia, Rerum Lusitanicarum/Symmicta Lusitanica, Genealogias e Nobiliários, Miscelâneas Históricas, Governos, Embaixadas e Iluminados²⁰.

Mas voltemos à situação de Luís Joaquim no início do século XIX. A proteção do visconde de Vila Nova da Rainha surtia efeito no olhar que o Regente tecia sobre o ajudante de bibliotecário. No início de 1813, meses depois das intrigas e após concluir o mapa dos manuscritos do rei, Marrocos tinha sob suas mãos a chave da *Sala de Manuscritos*, prestígio que o encheu de grande vaidade. Vangloriando-se, escreveu: “*assim quem quiser ir a ela há-de vir primeiro à bajulação*” (carta n. 37, p. 167). As andanças pelo Paço Real foram encerradas com a mudança da *Sala*. Em abril do mesmo ano, comunicou ao pai que trabalhava em outro local, pois a princesa Carlota Joaquina tinha se mudado do sítio de Botafogo para o Paço, necessitando do lugar que antes ocupava. Mais uma vez, a interferência de Vila Nova seria sentida nas relações sociopolíticas da corte, no que se refere ao trato com os papeis da realeza. Tanto o visconde quanto Marrocos não desejavam que os manuscritos passassem aos cuidados do prefeito da Real Biblioteca, padre Joaquim Dâmaso. Conseguiram, portanto, que o Príncipe ordenasse que fosse preparado um espaço especial para a acomodação do acervo: a “*melhor Sala do Real Tesouro*” (carta n. 41, p. 176-177).

Breves considerações finais

Nos primeiros meses no Brasil, Luís Joaquim não economizou desaforos para o Rio de Janeiro e nem para a condição da Corte na América. Entretanto, as coisas começaram a mudar, especialmente depois que se casou com Ana Maria de Santiago Sousa, em fins de 1813. O novo estado civil atrelado à estável posição junto aos manuscritos o deixava mais enraizado à cidade. Passado mais de um ano de seu casamento, em meados de 1814, as inquietações políticas permaneciam e não se interrompiam as especulações acerca do retorno da Família Real para Lisboa. Neste contexto, refletiu: “*O meu exercício actual não é na Livraria, é sim no Real Tesouro, onde estão os Manuscritos*”, ou seja, sua situação era favorável. Na sequência questionou: “*quando Sua Alteza Real se retirar para Lisboa, ou levará consigo a Livraria, ou não (...)*” – eis a grande dúvida. Se sim, argumentou, certamente, os livros iriam acompanhados dos já funcionários antigos da biblioteca, como os padres e ele. E do contrário, se os livros não fossem e ele quisesse ir: “*e que será de mim, se eu disser que não quero*” – interrogava-se. Porém, a principal preocupação era outra. Vejamos: “*quanto aos Manuscritos, tem o Visconde de Vila Nova tido a ideia de os conservar para sempre separados da Livraria: e por tanto ou eles vão com Sua Alteza Real, ou não, se não forem*” (carta n. 69, p. 261). Ao aventar novas possibilidades, não deixa transparecer se gostaria de retornar ao reino. A alusão ao seu futuro esteve sempre atrelada aos destinos que a monarquia concedesse aos papeis reais, fossem os impressos – considerando sua função na Biblioteca – ou junto aos estratégicos papeis de punho.

De 1814 a 1821 o enredo foi confuso e cheio de incertezas políticas e sociais em ambos os lados do Atlântico. A amizade entre o pai e o filho sofreu revezes e desgastes, os interesses de ambos passaram a divergir e o fluxo epistolar diminuía gradativamente. Ao unir os desfechos, o ano de 1821 é marcante para o império luso-brasileiro, assim como para o bibliotecário. Em março, temos o registro da última carta enviada ao pai. Em 26 de abril a *Gazeta do Rio de Janeiro* registrava a partida de D. João VI para o velho mundo – em um “excelente dia, um vento do NE, fresco e aturado fizeram sobressair esta cena brilhante, e ao mesmo tempo dolorosa” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 34). A mesma baía que viu o ainda regente chegar se despedia definitivamente do rei. A partir de então, o novo mundo se acomodaria politicamente à ausência do monarca, assim como Francisco José não receberia mais missivas de seu filho.

Como registrou Luís Joaquim, entre contendas a favor e contra, os manuscritos nunca pertenceram à Real Biblioteca enquanto estiveram nos trópicos, embora ao intitular o mapa tenha destacado um pertencimento inexistente: *Índice geral dos Manuscriptos* da Bibliotheca da Coroa *disposto alfabeticamente*. Além disso, tais papeis nunca foram oferecidos à consulta, como aconteceu com a biblioteca que foi aberta ao público em 1814. O rei partiu e os impressos permaneceram, não por benevolência, mas com base em acordos e muitos gastos para o recente império do Brasil que se formava²¹. Por outro lado, os manuscritos voltaram com o monarca, todavia sem o responsável pelo cuidado, arranjo e conservação – que permaneceu no Brasil até a morte. Com o fim da troca de cartas, entre pai e filho, não se sabe sobre os acordos, as manobras, os acertos que o levaram a não

²⁰ Todas estas informações foram retiradas do site da Biblioteca Nacional de Portugal, conforme o link que segue: http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=303&Itemid=336&lang=pt. Acesso em 04 abr. 2016.

²¹ Para mais informações, consultar Schwarcz, Azevedo e Costa (2002).

acompanhar os papeis de que cuidava. Provavelmente, com a vida estabilizada, a família formada e ocupando outras funções, naquela altura, 1821, as preocupações levantadas em 1814 quanto à possibilidade de questionar o rei de que não aceitaria ficar no Brasil já não eram mais pertinentes. Permaneceu deste lado do Atlântico e no mundo das letras e, mesmo longe dos manuscritos, continuava vinculado aos impressos.

Neste texto, analisamos uma outra faceta do bibliotecário e de seu envolvimento com os papeis da monarquia. Vislumbramos que mais do que o prestígio de cuidar dos livros e da estruturação da Real Biblioteca Pública do Rio de Janeiro – um importantíssimo *locus* de cultura – foi sua relação com os papeis de próprio punho que o permitiu as principais circularidades no Paço, no Real Gabinete e no Real Tesouro – locais de alta posição para as sociabilidades cortesãs da monarquia portuguesa. O breve estudo do *Índice geral dos Manuscritos da Bibliotheca da Coroa*, iniciado por Luís Joaquim no raiar do século XIX e completado *a posteriori* por outros sujeitos, aponta para muitas perguntas que ainda permanecem sem respostas. O que justifica a incompletude do documento, considerando que Marrocos disse ao pai que o serviço tinha sido finalizado? Por outro lado, o *Índice* registra a importância do levantamento que elaborou, já que foi utilizado décadas mais tarde, auxiliando a organização desses papeis na atual sede da Biblioteca d’Ajuda.

O estudo desse documento ainda está no início. Falta emprendermos uma reflexão sistemática sobre a ordem de classificação proposta, assim como sobre os conteúdos do conjunto de documentos, para que se possa problematizar de modo mais refinado os sentidos simbólicos e práticos desses papeis, já que acompanharam D. João VI em dois momentos decisivos de seu reinado e da história luso-brasileira: a vinda para a América e o retorno para a Europa.

Por fim, considerando que os manuscritos entre os modernos, como apontou Fernando Bouza, era um “vehículo de una difusión necesariamente controlada, en atención a que es más veraz (claro vs. disimulado) que el impreso” (2001, p. 59), devemos compreender a historicidade dos manuscritos da Coroa, assim como do *Índice*, como importantes instrumentos da cultura política portuguesa, indissociável das práticas, discursos e representações da escrita moderna – na qual impressos e papeis de punho conviveram dentro de suas especificidades, sem sobreposições, isto é, reconfiguraram-se após a ascensão da tipografia.

Os treze anos que a coroa portuguesa habitou a América também marcaram os papeis régios de formas distintas. Assim como Luís Joaquim dos Santos Marrocos, os impressos permaneceram no Brasil. Já os manuscritos retornaram para o velho mundo e a Coroa continuou a controlar os usos, a circulação, o acesso e os conteúdos. Ao permanecerem nas mãos da monarquia, agora constitucional, os papeis de próprio punho contribuíam para a manutenção da simbólica *púrpura da condição régia*, já tão fragilizada pela condição política do império e pela conturbada situação da Europa no raiar d’Oitocentos.

Referências Bibliográficas

- ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: cultura religiosa na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2004.
- ARAÚJO, Ana Cristina. Uma longa despedida: cartas familiares de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. In: MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. *Cartas do Rio de Janeiro (1811-1821)*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.
- BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito: Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- _____. Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII. *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, v. 19, segunda série, p. 105-171, 2002 (Centro de História da Cultura, CHAM).
- CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuelli. Entre cartas e livros: a livraria real e a escrita do bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos no período joanino (1808-1821). *Revista Tempo*, vol. 21, n. 38, p. 46-65, 2015.
- COSTA, Renata Ferreira. *Memória histórica da Capitania de São Paulo: edição e estudo*. São Paulo: APESP, 2014.
- GARCIA, Rodolfo. Introdução. In: CARTAS de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 56, 1939.
- Gazeta do Rio de Janeiro (1821). Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- Índice geral dos Manuscritos da Bibliotheca da Coroa disposto alfabeticamente Biblioteca d’Ajuda, Lisboa – Portugal. Cota 49-IX-44.

MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. *Cartas do Rio de Janeiro (1811-1821)*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Política e Cultura no governo de D. João VI (1792-1821)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Portugal e as conquistas ultramarinas nos folhetos de Diogo Barbosa Machado. Disponível em: <<http://www2.iict.pt/index.php?idc=102&idi=13077/Consultadoem11/09/2008>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil colonial*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Ângela Márquez da. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia. Luís Joaquim dos Santos Marrocos. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Joanino*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.